

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS**

LEIDE JANE COSTA DA SILVA

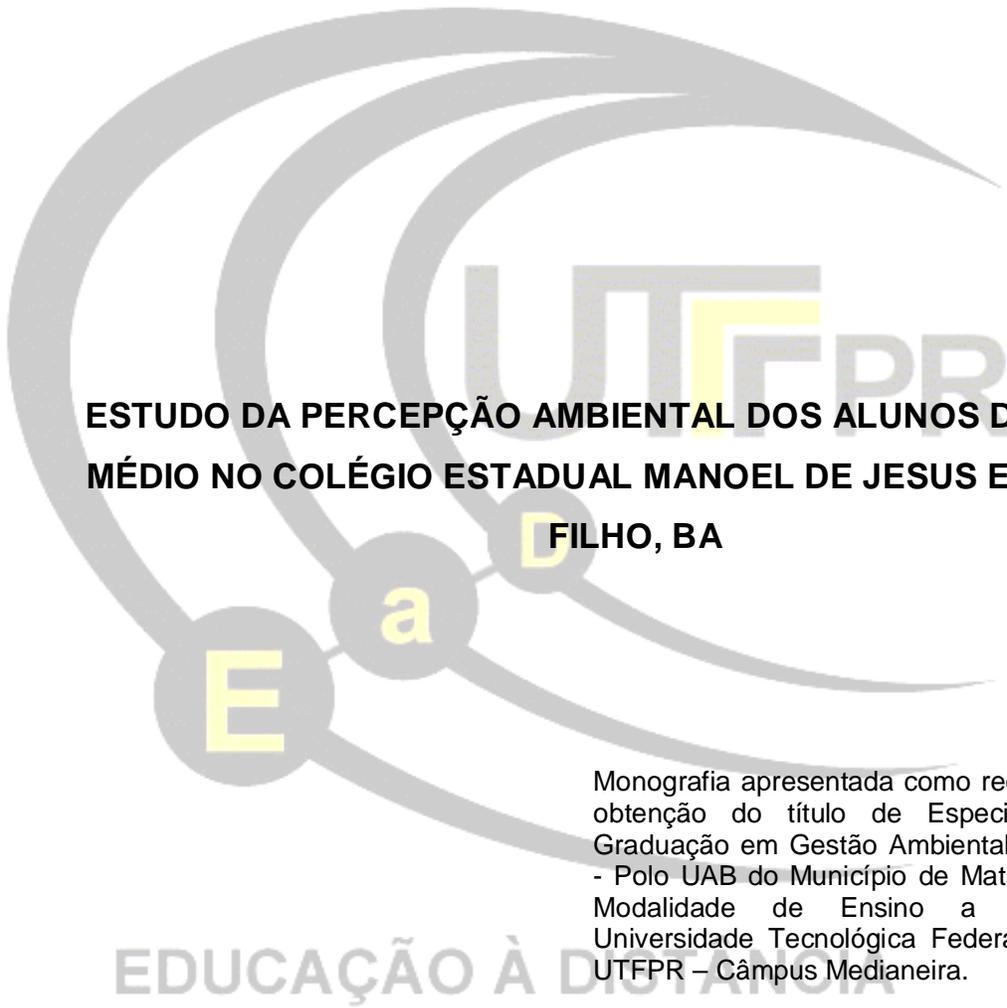
**ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL MANOEL DE JESUS EM SIMÕES
FILHO, BA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2013

LEIDE JANE COSTA DA SILVA



**ESTUDO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS DO ENSINO
MÉDIO NO COLÉGIO ESTADUAL MANOEL DE JESUS EM SIMÕES
FILHO, BA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Ambiental em Municípios - Polo UAB do Município de Mata de São João, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli.

MEDIANEIRA

2013



TERMO DE APROVAÇÃO

Estudo da Percepção Ambiental dos Alunos do Ensino Médio no Colégio Estadual
Manoel de Jesus em Simões Filho, Ba

Por

Leide Jane Costa da Silva

Esta monografia foi apresentada às 8h30min do dia 14 de dezembro de 2013, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios - Polo da Mata de São João, Ba. Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Marlene Magnoni Bortoli
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof. Dr. Laercio Mantovani Frare
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof. Me. Elias Lira dos Santos Junior
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico aos meus pais, Antonio e Ivone da Silva, pessoas queridas com quem aprendi as mais importantes lições de vida. A Pedro Almeida e Luan Henrique, companheiro especial de todas as horas e filho amado que me trouxe muita alegria e luz.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um gesto de reconhecimento de que o nosso trabalho não é fruto da “solidão da noite” que passamos sentados na frente do computador enquanto as pessoas mais próximas dormem, mas das contribuições de várias pessoas que também se fazem presentes de uma forma direta ou indireta, e por isso, são responsáveis por este trabalho científico.

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Agradeço aos meus pais, Antonio da Silva e Ivone Costa da Silva, que sempre proporcionaram todas as condições necessárias para que eu pudesse concluir meus estudos, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida. A eles a minha eterna gratidão.

Ao meu companheiro Pedro, agradeço pela paciência e o incentivo constante que teve para comigo nos momentos de “crises de pensamentos”. Ao meu filho Luan Henrique, pela sua energia e motivação, pois sempre me animou durante todo o período de redação deste trabalho. A Jacy, minha irmã agradeço pelo companheirismo, pelas críticas e a leitura atenta dos meus escritos, assim como, pelo exemplo de brilhantismo e simplicidade com que conduz a sua vida.

Aos meus amigos João Almeida e Elvira Cunha, sou muito grata a eles pela preocupação que sempre tiveram em socializar o conhecimento durante todo o curso e pelo incentivo dado durante a elaboração do projeto de pesquisa.

Agradeço a toda a comunidade escolar do Colégio Manoel de Jesus, principalmente aos meus queridos alunos que aceitaram participar da pesquisa respondendo ao questionário de perguntas.

De modo especial, agradeço a minha orientadora professora Marlene Magnoni Bortoli pelas contribuições importantes e orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação. Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Nunca o homem inventará nada mais simples nem mais belo do que uma manifestação da natureza. Dada a causa, a natureza produz o efeito no modo mais breve em que pode ser produzido”. (LEONARDO DA VINCI)

RESUMO

SILVA, Leide Jane Costa da. Estudo da Percepção Ambiental dos alunos do Ensino Médio no Colégio Estadual Manoel de Jesus, Bahia. 2013. 65f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

Este trabalho teve como temática a percepção ambiental dos alunos do ensino médio no Colégio Estadual Manoel de Jesus, localizado no município de Simões Filho, na Bahia e visa contribuir para o avanço das reflexões sobre os mais iminentes problemas ambientais na comunidade escolar. A relevância desse estudo foi realizar um diagnóstico sobre a percepção dos estudantes em relação ao meio ambiente e os problemas ambientais, sobretudo, proporcionar subsídios para que estes compreendam a necessidade de preservar o ambiente onde vivem e principalmente a importância da mudança de hábitos e atitudes, para uma melhor qualidade de vida. Na primeira parte apresentou-se uma revisão da literatura, fornecendo informações sobre a definição de percepção e a importância da Educação Ambiental. Em seguida, foi realizado um questionário, através de pesquisa de campo expondo aspectos relacionados com percepções ambientais locais aplicados para 90 estudantes do ensino médio. Os resultados foram analisados e a conclusão mostrou que a percepção ambiental dos alunos é fragmentada em referência aos conceitos de Educação Ambiental e Meio Ambiente, ou seja, não contemplam os aspectos socioculturais locais e nem contribuem para uma melhoria na qualidade de vida. A percepção ambiental é essencial para compreender as inter-relações da comunidade com o seu ambiente e serve como instrumento para o planejamento da educação ambiental.

Palavras-chave: Educação. Meio Ambiente. Percepção.

ABSTRACT

SILVA, Leide Jane Costa da. Study of Environmental Perception of high school students in the Colégio Estadual Manoel de Jesus, Bahia. 2013. 65f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

This work had as thematic the environmental perception of high school students in the Colégio Estadual Manoel de Jesus, located in the municipality of Simões Filho, in Bahia and aims to contribute to the advancement of the reflections on the most imminent environmental problems in the school community. The relevance of this study is to conduct an assessment of the students' perception of the environment and environmental problems to primarily provide subsidies so that they understand the need to preserve their environment and especially the importance of changing habits and attitudes to a better quality of life. The first part presents a review of the literature, providing information on the definition of perception and the importance of environmental education. Then, a questionnaire was carried out through field research exposing aspects of environmental perceptions 90 local high school students interviewed. The results were analyzed and the conclusion shows that the environmental perception of students is fragmented in reference to the concepts of replace this, and do not include the local socio-cultural aspects and not contribute to an improved quality of life. So what this thread is intended to characterize the environmental awareness of students of a public school in Bahia about the environment and environmental problems. Environmental awareness is essential to understand the interrelationships of the community with its environment and serves as a tool for planning environmental education.

Keywords: Education. Environment. Perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fotografia da Visão Panorâmica da Cidade de Simões Filho, Ba.....	33
Figura 2 – Localização Geográfica do Município de Simões Filho, Ba	34
Figura 3 – Fachada do Colégio Estadual Manoel de Jesus em 2008.....	38
Figura 4 – Fachada do Colégio Estadual Manoel de Jesus, Atual (2013).....	38
Gráfico 1 – Gênero dos Alunos Entrevistados.....	47
Gráfico 2 – Locais Onde Residem os Alunos.....	48
Gráfico 3 – Colaboração para Melhorar e Conservar o Ambiente.....	51
Gráfico 4 – Participação em Atividade de Educação Ambiental.....	52
Gráfico 5 – Grau de Satisfação dos Alunos do Local Onde Vivem.....	53
Tabela 1 – Concepções do Termo Meio Ambiente pelos Alunos do CEMJ.....	49
Tabela 2 – Concepção dos Problemas Ambientais por Alunos do CEMJ.....	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	13
2.1.1 Concepção teórica sobre a Percepção Ambiental.....	16
2.1.2 Fatores de Influência na Percepção Ambiental	18
2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	20
2.2.1 Breve história da Educação Ambiental Global	21
2.2.2 A Educação Ambiental na Escola.....	29
2.3 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE SIMÕES FILHO E DO COLÉGIO.....	32
2.3.1 Histórico do Colégio	37
2.3.2 Concepção de Educação Adotada pela Escola.....	38
2.3.3 Estrutura Física e Organizacional da Escola.....	40
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	43
3.1 LOCAL DA PESQUISA E POPULAÇÃO/AMOSTRA	43
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	43
3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
4.1 LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES	60

1 INTRODUÇÃO

A intervenção humana sobre o meio ambiente ocasiona vários prejuízos na qualidade de vida dos seres vivos, prejudicando não só a si mesmo, mas também ao meio em que ele vive, degradando a qualidade de vida do planeta. No meio urbano, muitos são os fatores que afetam direta ou indiretamente, a população e entre estes podemos citar: a poluição atmosférica; o acúmulo de lixo e de esgotos; a pobreza; a poluição sonora provocada pelo excessivo barulho (dos veículos automotivos, fábricas, obras nas ruas, grande movimento de pessoas e propaganda comercial ruidosa); a carência de áreas verdes (parques, reservas florestais, áreas de lazer e recreação, etc.); a contaminação do solo, da água e do ar, entre outros fatores relacionados como fruto de insatisfação com a vida urbana. Será que as pessoas já pararam para refletir o quanto as nossas atitudes e hábitos sobre o meio ambiente, quer seja natural ou construído, estão afetando e afetarão a nossa qualidade de vida e a de gerações futuras? Então como podemos sensibilizar as pessoas para a necessidade da mudança nos hábitos de produção e de consumo?

Para minimizar os problemas ambientais no ambiente urbano é muito importante a educação ambiental.

Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), a educação ambiental deve ser tratada em todos os níveis de ensino, formal e informal. Além disso, a Educação Ambiental é imprescindível para aumentar o conhecimento das pessoas, sensibilizar sobre o meio ambiente, desenvolver habilidades e informações necessárias para minimizar as questões ambientais. De acordo com Ribeiro (2004), “o que o indivíduo percebe nem sempre é o que o ambiente é, mas o que seus sentidos apreendem a partir do seu filtro cultural”. Portanto, desta forma, a percepção ambiental das pessoas também é influenciada e diretamente afetada por fatores relacionados com sua forma de vida. Contribuindo assim para que a maioria das pessoas não adote uma postura ecologicamente correta ou então deixem de apresentar consciência ecológica. Este fato acontece principalmente, porque os fatores externos (problemas socioeconômicos, a educação, a cultura e as relações interpessoais) não incentivam ou direcionam os indivíduos a desenvolverem tal consciência. Partindo desse pressuposto, faz-se

necessário realizar um diagnóstico sobre a percepção ambiental a respeito o meio ambiente e as questões ambientais dos estudantes do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual Manoel de Jesus, localizado na Praça Noêmia Meirelles, no bairro Centro do município de Simões Filho, na Bahia, pois a percepção ambiental é essencial para compreender as inter-relações da comunidade com o seu ambiente e serve como instrumento para o planejamento da educação ambiental. Além disso, constitui-se também como parte deste trabalho uma possível solução para o problema citado, baseado principalmente em ideias e experiências que procuram mudar as defasadas estruturas curriculares e tornar a escola um espaço dinâmico, agradável e interdisciplinar. Diante dos atuais problemas ambientais do meio urbano, precisamos refletir sobre nossas ações perante o meio e o quanto estamos contribuindo para a sua conservação e/ou preservação.

Atualmente, ainda são poucas as pesquisas e intervenções que buscam promover uma Educação Ambiental nas escolas públicas e pouco se tem feito pelos órgãos governamentais para sensibilizar a comunidade escolar em prol da preservação do meio ambiente.

Assim, percebe-se a relevância de se trabalhar a Educação Ambiental a partir da realidade escolar, iniciando pela percepção ambiental, para que os jovens percebam a importância de pequenas atitudes na preservação ambiental.

A Educação Ambiental fornece os meios de percepção e compreensão dos vários fatores que interferem na qualidade ambiental, como também dos seus efeitos sobre o ambiente como um todo. Ela visa uma mudança de postura do homem com a natureza, sendo necessário adotar novos hábitos, comportamentos e valores que promovam qualidade de vida para todos.

A importância desse estudo é realizar um diagnóstico sobre a percepção dos estudantes a respeito do meio ambiente e dos problemas ambientais, sobretudo, proporcionar subsídios para que estes compreendam a necessidade de preservarem o ambiente onde vivem e principalmente a importância da mudança de hábitos e atitudes, para uma melhor qualidade de vida. O principal objetivo é caracterizar a percepção ambiental dos estudantes de uma escola pública na Bahia a respeito do meio ambiente e dos problemas ambientais. Além disso, esta pesquisa tem como objetivos específicos: Reconhecer os problemas ambientais existentes na comunidade em que vivem; Identificar as práticas dos alunos em relação à

conservação e/ou melhoria do ambiente a que pertencem e Promover a sensibilização, informação e compreensão do meio ambiente.

É através de um estudo de percepção ambiental que educadores podem desenvolver projetos ambientais, trabalhar com conceitos e conhecimentos voltados para a preservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

Enfim, a percepção é um fator presente em toda a atividade humana, portanto ela tem um efeito marcante no envolvimento do homem e sua interação com o meio, pois influencia diretamente na conduta frente às mesmas. Ela pode fornecer a compreensão das interações homem e meio ambiente constituindo-se em um importante campo para pesquisas e trabalhos científicos

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Na Psicologia, o estudo da percepção é de extrema importância porque o comportamento das pessoas é baseado na interpretação que fazem da realidade em si, podemos entender que a percepção é um fator presente em toda a atividade humana, portanto tem um efeito marcante no envolvimento deste com o sentir, tocar, ver e perceber, influenciando diretamente na conduta humana frente as suas ações. Ela pode fornecer a compreensão das interações homem/meio ambiente constituindo-se em um importante campo para pesquisas interdisciplinares. Assim, constata-se a real importância de conhecer e perceber as relações entre os grupos humanos e os ambientes naturais. Além disso, serve como ferramenta para o planejamento na Educação Ambiental, pois nesse contexto, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância. Por meio dele é possível conhecer a cada um dos grupos envolvidos, facilitando a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade do público alvo, para conhecer como os indivíduos percebem o ambiente em que convivem, suas fontes de satisfação e insatisfação (FAGGIONATO, s.d).

A escola, assim como outras instituições faz parte do meio ambiente e atua como principal agente de mudanças, transformações e atitudes, pois precisa pôr em prática a Educação Ambiental. Para Faggionato (s.d), saber como os indivíduos com quem se trabalha percebem o ambiente em que vivem, suas fontes de satisfação e insatisfação é de fundamental importância, pois só assim, conhecendo a cada um, será possível a realização de um trabalho com bases locais, partindo da realidade do público alvo.

Segundo Pelicioni (2002): “A escola constitui um espaço privilegiado para o desenvolvimento da Educação Ambiental, na medida em que possibilita a realização de um trabalho de intervenção sistemático, planejado e controlado”.

Através de atividades de aprendizagem planejadas que visam à conservação, o desenvolvimento e o respeito ao ambiente natural, a criatividade, o espírito crítico, a iniciativa e o despertar de hábitos e atitudes, a escola estará

colaborando com a valorização do patrimônio cultural e natural local. Este encaminhamento metodológico oportunizará aos alunos a compreensão, conhecimento e identificação de problemas ambientais locais, podendo, desde já, adotar posturas em suas casas, comunidade e na própria escola. Posturas traçadas por ações propositivas e decididas que venham atenuar o esgotamento dos recursos ambientais. (LEITE, 1999, p. 58).

As atividades da Educação Ambiental na escola ajudam os educandos na construção de uma consciência global das questões relativas ao ambiente, para que estes possam assumir posições consonantes com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Portanto, é importante que atribuam significado daquilo que aprendem sobre as questões ambientais, fazendo um paralelo com o que aprendem e a sua realidade cotidiana possibilitando a utilização destes conhecimentos em diversas situações.

É imprescindível saber como os indivíduos com quem se tem interações profissionais e sociais percebem o ambiente em que vivem suas fontes de satisfação e sua compreensão da natureza. Somente conhecendo como os indivíduos percebem e reage ao meio em vive se pode mudar esta realidade, verificar quais os problemas ambientais, assim é possível planejar e realizar um trabalho de educação ambiental, minimizando a geração de impactos ambientais, com bases locais. Para se trabalhar a percepção ambiental é muito importante à observação da natureza, principalmente das relações entre os seres humanos e os meios físicos e biológicos.

Segundo Sato (2002), a percepção é importante para a construção e a formação de novos valores e condutas no espaço educacional, pois na compreensão da percepção ambiental dos atores sociais é possível conhecer e/ou identificar aspectos relacionados às relações: Homem – Sociedade - Natureza.

Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. Através do estudo da percepção ambiental é possível identificar as formas precisas em que a educação ambiental poderá sensibilizar conscientizar e trabalhar conjuntamente as dificuldades ou dúvidas que os sujeitos-atores possam vir a ter quando discutido ou apresentadas às questões ambientais.

Em suma, através da percepção ambiental que são estabelecidas as relações de afetividade do indivíduo para com o ambiente. A partir da formação de laços afetivos positivos, pode acontecer a modificação dos valores ambientais atribuídos pelas pessoas.

As ações que buscam o equilíbrio homem-ambiente estão intimamente ligadas com a percepção do meio ambiente e a Educação ambiental, pois esta tem como objetivo levar à compreensão e despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente, em benefício da saúde e do bem-estar de todos.

Os estudos de percepção ambiental são essenciais para alcançar a tão sonhada sustentabilidade. No entanto é notório que o desenvolvimento sustentável tem como meta a produção de riquezas, mas também a de distribuí-la de maneira que melhore a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, a qualidade ambiental do planeta. Infelizmente o consumismo desenfreado dos dias atuais tem trazido várias conseqüências tanto para o homem, como para a sociedade e para o meio ambiente. Vivemos numa sociedade capitalista onde o mais importante é o lucro, onde prevalece a ganância e o egoísmo que está destruindo o planeta.

Atualmente o problema central da humanidade está nos impactos ambientais causados pela ação humana, na insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo no mundo, porque já estão além da capacidade de reposição do planeta.

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum do povo e essencial á sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e á coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988).

Enfim, é importante entender que o estudo de percepção é essencial à conscientização da importância do meio ambiente para a sobrevivência, bem como compreender que a preservação do meio ambiente depende de todos: governo, educadores, empresas, organizações não governamentais (ONGs), meios de comunicação, gestores ambientais e de cada cidadão ambiental e a educação ambiental são de suma importância na resolução das questões ambientais, pois irão incentivar os cidadãos a conhecerem e fazerem sua parte, entre elas: Evitar o desperdício de água, luz e consumos desnecessários (reduzir, reusar e reaproveitar), fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, exigirem das autoridades competentes para que apliquem a lei, tratem o lixo e o esgoto de forma correta, protejam áreas naturais, façam um planejamento da utilização do solo, incentive a reciclagem, respeitar e cumprir as legislações entre outros.

2.1.1 Concepção Teórica sobre a Percepção Ambiental

Diversos autores passaram a desenvolver pesquisas sobre processos mentais ligados à percepção. Nesse sentido, a percepção ambiental agrega elementos da Psicologia, da Geografia, da Biologia, da Antropologia, entre outras ciências, tendo como objetivo principal a compreensão sobre os fatores, os mecanismos e os processos que levam o homem a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente.

De acordo com Oliveira (2005) quando enunciamos o conceito de percepção do meio ambiente, queremos dizer como as pessoas percebem ativamente o meio ambiente, mais ainda, como as pessoas conhecem o meio ambiente [...], percebemos somente o que nossa mente atribui significado. A percepção é seletiva, exploratória, antecipadora. (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Rodrigues (1998), entende-se por percepção a forma como o indivíduo sente seu ambiente geográfico. Ela resulta de vários fatores, entre eles, o grau de dependência da pessoa frente ao ambiente no qual está inserido. De modo que as características do ambiente, percebidas por uma pessoa como desejáveis ou indesejáveis, dependerão da intensidade do impacto direto do meio geográfico sobre suas atividades e modo de vida.

Toda a integração do indivíduo com o meio ambiente ocorre por mecanismos perceptivos, propriamente ditos, e principalmente cognitivos. Os perceptivos são dirigidos através de estímulos externos, captados pelos cinco sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar), onde a visão é o que mais se destaca. Entretanto, somam-se a estes fatores os de ordem subjetiva. Nesse sentido, Del-Rio e Oliveira (1999) classifica a percepção ambiental como uma atividade mental que inclui motivações, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas. Dessa forma, a mente organiza e representa a realidade percebida, através de esquemas perceptivos e imagens mentais com características próprias.

A percepção é uma experiência dotada de significação. O real é descrito no ato do sentido e da significação. Ato este de comunicação que opera pelo pensamento e pela percepção e estabelece uma interação entre aquilo que é percebido e aquele que percebe. As pesquisas em percepção ambiental têm por preocupação compreender a percepção em que as pessoas têm sobre o lugar em

que vivem, de que modo suas experiências interferem nessa percepção e qual o papel que ela desempenha na relação destes com o meio ambiente.

Segundo Macedo, (2000, p. 69) a percepção ambiental é considerada uma precursora do processo que desperta a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas. O conhecimento é um importante aspecto na compreensão da interação homem-natureza, fazendo-se então necessário o desenvolvimento do aprendizado que envolva elementos de ordem científica, ética e estética, e que essa interação seja explicitada e favoreça a conscientização ambiental, estimulando ações relativas à conservação da natureza.

Conforme Capra (1996, p.29 *apud* MACEDO, 2000) a percepção da ecologia profunda é percepção espiritual ou religiosa. Quando a concepção de espírito humano é entendida como o modo de consciência no qual o indivíduo tem uma sensação de pertinência, de conexão com o cosmos como um todo, torna-se claro que a percepção ecológica é espiritual na sua essência mais profunda.

A percepção ambiental é definida por Faggionato (s.d) como "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem"; portanto, através deste conceito podemos perceber o ambiente em que está localizado, aprendendo a protegê-lo e a cuidá-lo. Além disso, o estudo dessa percepção é de fundamental importância, para que seja possível a compreensão das inter-relações entre o homem, o ambiente e suas expectativas, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas. O conhecimento da percepção ambiental de determinados grupos possibilita a elaboração de ações de conscientização voltadas a cada realidade regional ou local. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Desta forma, o estudo da percepção ambiental é de suma importância para que possamos fazer intervenções de melhorias no meio e minimizar os impactos.

De acordo com Tuan (1980), cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente às ações sobre o ambiente em que vive. As manifestações, reações ou respostas das percepções individuais e coletivas são resultados dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada um. Muito embora, as percepções sejam subjetivas para cada indivíduo, elas em conjunto irão influenciar no modo de vida e agir das pessoas, pois o ambiente natural e a visão do mundo estão

estritamente ligados. Para Tuan (1980), embora as percepções sejam, no limite, subjetivas para cada indivíduo, as representações coletivas de lugar e de território, criadas por cada grupo, revelam o modo como se vive e se planeja o espaço. Portanto, o conhecimento do mundo físico é tanto perceptivo quanto representativo/interpretativo, e não está presente só nas atividades de observação e reflexão sobre o ambiente, mas na cultura e identidade das pessoas.

A percepção do ambiente pode ser entendida também como o modo que cada indivíduo sente o ambiente ao seu redor e como o valoriza, quer seja em maior ou menor proporção.

De acordo com Rosa e Silva (2002) a percepção ambiental pode ser definida pelas formas como os indivíduos vêem, compreendem e se comunicam com o ambiente, considerando-se as influências ideológicas de cada sociedade. As respostas ou manifestações decorrentes desse contexto são resultados das percepções, individuais e coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa (VILLAR, *et. al.*, 2008).

Segundo Palma (2005) podemos também conceituar a percepção ambiental, como a capacidade de perceber o meio ambiente no meio em que nos encontramos, isto é, como aprendemos a cuidá-lo e protegê-lo da maneira mais adequada possível. Explorar e usufruir o meio ambiente são práticas do ser humano que busca prover os seus desejos, as suas necessidades, mas é necessário que se reflita criticamente sobre as consequências destas atitudes, especialmente em longo prazo, pois as nossas ações no meio ambiente construído ou natural podem afetar seriamente a qualidade de vida de gerações futuras. Da mesma forma devemos analisar como a implantação e a implementação de projetos ambientais educacionais podem ajudar a preservar ou minimizar problemas ambientais.

2.1.2 Fatores de Influência na Percepção Ambiental

Existem vários fatores de influência no nosso cotidiano que afeta, de forma direta ou indireta, grande parte dos moradores de uma cidade, por exemplo, questões socioeconômicas, políticas, sociais e culturais, como a pobreza, a criminalidade, as formas de poluição, entre outros, são fatores relacionados a uma

insatisfação ou descontentamento das pessoas em relação ao modo ou modelo de vida que vivencia. Entretanto, ao mesmo tempo existem fatores que geram satisfação associados ao modelo padrão que requer uma necessidade ou não, pois os centros urbanos exercem um grande poder atrativo se consideramos as oportunidades de escolha, a movimentação e o consumismo. Podemos exemplificar os atos ou atitudes de vandalismo contra o poder público, principalmente em prédios e instituições públicas.

É visível a depredação ou a violência na estrutura física de uma escola pública como uma das mais fortes expressões de insatisfação das pessoas, são condutas agressivas direcionadas ao patrimônio público, elementos arquitetônicos e físicos que vem como uma forma de protesto de classes menos favorecidas, submetidos a condições muitas vezes precárias em termos de qualidade de vida, sem que haja uma conscientização ambiental, ou melhor, a educação ambiental. Portanto, a percepção ambiental pode ser utilizada para avaliar a degradação ambiental de uma determinada região ou comunidade local, como no caso de uma comunidade escolar (FERREIRA, 2001).

O ser humano está constantemente agindo sobre os meios naturais (meio físico e meio biológico), sempre buscando consumir cada vez mais, procurando sanar seus anseios e necessidades. Entretanto, parafraseando a terceira lei de Newton ou Princípio da Ação e Reação, para “toda ação há sempre uma reação”, pois qualquer ação humana tem uma motivação e interfere na própria satisfação psicológica com o meio ambiente. Compreende-se que cada pessoa percebe o meio, reage e responde de forma diferenciada, pois as respostas e manifestações são resultantes das percepções de cada um, ou seja, dos processos cognitivos, julgamentos, idiossincrasias e expectativas individuais ou próprias de cada um.

Segundo Faggionato (s.d), trabalhos em percepção ambiental que buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente.

De acordo com a autora, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas

sejam evidentes, são constantes, e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente.

Segundo Fernandes *et. al.*, (2003), cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações decorrentes são resultados das percepções individuais e/ou coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Compreende-se então que a percepção ambiental de certa forma visa desenvolver através de um olhar mais aguçado uma mudança de hábitos e atitudes, buscando ações e métodos de conscientização ambiental integrada, que objetivam o bem comum. O estudo da percepção ambiental é uma contribuição para a tomada de consciência das populações em busca de melhor qualidade de vida e a preservação de valores sociais, morais e ambientais através da educação ambiental. Através do estudo da percepção ambiental é possível planejar e realizar um trabalho de educação ambiental, minimizando a geração de impactos ambientais, com bases locais, partindo da realidade do público alvo (SACHS, 1986).

Enfim, a percepção ambiental vincula-se estreitamente com as atividades de educação ambiental, pois o estudo da percepção ambiental é de suma importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, satisfações, julgamentos e condutas.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental (EA) é considerada uma educação aplicada às questões de meio ambiente, quando promovida nas escolas e comunidades ajuda muito na sensibilidade e na conscientização das pessoas em se preocuparem com as questões ambientais. Enfim, a EA vem sendo também compreendida como de suma importância na construção de valores, conceitos e atitudes que possibilitem que a relação homem-natureza ocorra de forma responsável e consciente. Para entender e trabalhar a educação ambiental faz-se necessário compreender o significado de meio ambiente.

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9795/1999 em seu artigo primeiro apresenta a definição de EA.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

No livro "O que é Educação Ambiental?", escrito pelo autor Marcos Reigota é citado que geógrafos, ecólogos, psicólogos, políticos, filósofos, religiosos, etc., conceituam meio ambiente de diferentes formas e que estas concepções precisam ser entendidas para trabalhar a Educação Ambiental. Segundo Reigota, nesse livro, na página 20, o geógrafo Pierre Jorge, "ao mesmo tempo, o meio é um sistema de relações onde à existência e a conservação de uma espécie é subordinada aos equilíbrios entre os processos destrutores e regeneradores e seu meio - meio ambiente - é o conjunto de dados fixos e de equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida de um grupo biológico". Ainda na página 20, Reigota escreve que, para o ecólogo Duvigneaud, "é evidente que o meio ambiente é composto por dois aspectos: 1) o meio ambiente abiótico físico e químico e 2) o meio ambiente biótico", e que, para o psicólogo Sillinary, meio ambiente "é o que cerca um indivíduo ou um grupo, englobando o meio cósmico, geográfico, físico e meio social com as suas instituições, sua cultura, seus valores". Apesar das várias concepções sobre o que venha ser meio ambiente, Reigota, na página 21 de seu livro "O que é Educação Ambiental?", define o "meio ambiente como um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza da sociedade". Portanto, podemos dizer que o meio ambiente é o conjunto de elementos abióticos (energia solar, solo, água e ar) e bióticos (organismos vivos) que integram a fina camada da Terra chamada biosfera, morada de todos os seres vivos. (REIGOTA, 1994.).

2.2.1 Breve história da Educação Ambiental Global

A Educação Ambiental é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. "Enquanto o substantivo

Educação confere essência do vocábulo Educação Ambiental, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto dessa prática educativa” (LAYRARGUES, 2004, p.7). Para esse autor, reside no termo ambiental o enquadramento motivador da ação pedagógica, que deve buscar a transformação de pessoas e grupos sociais.

Segundo Pelizzoli (2003), o substantivo educação dispensa o adjetivo ambiental, ao considerar que toda educação é ambiental porque não é possível uma educação fora do ambiente.

Os primeiros registros da utilização do termo Educação Ambiental foram encontrados em 1948, num encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em Paris, os rumos da Educação Ambiental começam a ser realmente definidos a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, onde se atribui a inserção da temática da Educação Ambiental na agenda internacional. No decorrer do tempo a Educação Ambiental sofreu vários marcos, que segundo Dias (1998) ocorreram historicamente abaixo descritos.

Em 1945, na Grã Bretanha é iniciada os estudos ambientais. E em 1952, ocorreria à grande poluição do ar de Londres que provocaria a morte de 1.600 pessoas, fato que desencadearia o movimento ambientalista nos EUA e no mundo. Em 1962, o livro Primavera Silenciosa ("Silent Spring"), de Raquel Carson, se tornaria na primeira publicação de reconhecimento mundial a respeito dos riscos da poluição química e do lixo.

Em 1975, foi realizado pela UNESCO, o Seminário Internacional sobre Educação Ambiental, em Belgrado na Iugoslávia, na qual foi discutida a necessidade do desenvolvimento de Programas e Políticas da Educação Ambiental (EA), nos países membros da Organização Mundial das nações Unidas (ONU). Um dos principais produtos desse Seminário foi a Carta de Belgrado, que definiu a estrutura e os princípios básicos de EA. Na carta de Belgrado, foi apresentada a necessidade de uma nova ética ambiental, que permitisse a erradicação da pobreza, da fome, da exploração, da poluição, do analfabetismo e da dominação da humanidade. Também foi lançado o Programa Internacional de Educação Ambiental, no qual são definidos os princípios e orientações para o futuro.

Segundo a Carta de Belgrado, realizado pela UNESCO em 1975, a Educação Ambiental possui o seguinte objetivo:

[...] formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam [...]. (citado por SEARA FILHO, 1987).

Após o evento de Belgrado, ocorreram outros eventos, incluindo a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (conhecida como a Conferência de Tbilisi), realizada em 1977, em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), na qual foi elaborado um importante documento, designado de Declaração sobre Educação Ambiental. Na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, cuja organização ocorreu a partir de uma parceria entre a UNESCO e o então recente Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA). Foi deste encontro, firmado pelo Brasil que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo.

Na Inglaterra, a Educação Ambiental inicia em 1779, a partir dos trabalhos do escocês Patrick Geddes, reconhecido na história como o pai da educação ambiental e precursor do planejamento urbano e regional. Em seu trabalho já demonstrava atenção aos processos de urbanização e consequências ao meio ambiente.

Enfim, compreende-se que, a Educação Ambiental estava relacionada, sobretudo, a aspectos ecológicos de Conservação, mas depois da Convenção de Tbilisi, a EA foi definida como "um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A EA também está relacionada com a prática da tomada de consciência e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida". Portanto, a compreensão da totalidade do ambiente não pode estar vinculada ao contexto de apenas uma disciplina, isolada dos fatores sociais, econômicos e políticos. A EA não deve ser trabalhada pelas disciplinas de ciências naturais ou biológicas, porque ela apresenta caráter transdisciplinar, permitindo reunir conhecimentos multidimensionais na incansável busca de soluções relacionadas a questões ambientais.

A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Temos a existência de um persistente movimento

conservacionista até o início dos anos 70, quando ocorre a emergência de um ambientalismo que se unem às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em EA.

Em 1992, foi realizada no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, que considerou as recomendações da Declaração sobre Educação Ambiental, aprovadas em Tbilisi, para formulação da Agenda 21, no tocante à EA. Esse documento internacional de extrema importância é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado pela sociedade civil planetária em 1992 no Fórum Global, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade.

Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Este documento enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

O Tratado tem bastante importância por ter sido elaborado no âmbito da sociedade civil e por reconhecer a Educação Ambiental como um processo político dinâmico, em permanente construção, orientado por valores baseados na transformação social.

A Agenda 21 é um documento que começou a ser elaborado dois anos antes da Rio-92, onde participaram 179 países, incluindo quase 00 chefes de estados. Simultaneamente a Rio-92, foi realizado um Fórum Global das Organizações não Governamentais (ONGs), com quatro mil entidades da sociedade civil mundial. Esse fórum refletiu a conscientização sócio-ambiental a nível mundial e a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento, até então adotado. Portanto,

a Agenda 21 também é um documento concebido e aprovado pelos governos durante a Rio-92.

A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Além do documento em si, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambientalmente sustentável. Este plano de ação foi considerada um programa ambiental pela Organização das Nações Unidas, sendo estimado no valor de 600 bilhões de dólares.

No capítulo 36 da Agenda 21, a educação ambiental tem o seu objetivo conceituado da seguinte maneira:

[...] desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos [...] (BRASIL/AGENDA 21, 2013).

A agenda 21 deixou muito claro que a responsabilidade sócio-ambiental e econômica precisava ser partilhada. Diagnostica os problemas existentes na sociedade do século XXI (daí ser chamada de Agenda 21), estabelecendo um plano de ação para que o desenvolvimento seja sustentável. Logo, ela reflete um consenso mundial e um compromisso político dos governos. A agenda 21 global contem 27 princípios, 04 seções e 40 capítulos. O capítulo 1 contém o preâmbulo para a Agenda 21, a Carta da Terra e os 27 princípios.

No nosso país, segundo a Lei 9.795, que foi promulgada em 27 de abril de 1999, a Educação Ambiental é definida como o conjunto de processo que permite a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências por parte da sociedade destinando à proteção e conservação do meio ambiente.

A EA visa estabelecer conhecimentos para convivência social e respeito ao meio ambiente de maneira essencial para a população e para melhoria na qualidade de vida, englobando os quesitos da sustentabilidade. Alguns exemplos de implementação do princípio da Educação Ambiental pode ser vistos e analisados na atuação legislativa sobre o meio ambiente, inclusive na promulgação da Lei 9.795,

que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental definindo a Educação Ambiental como os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem e uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, sendo ainda em componente essencial e permanente da educação nacional que deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades de processo educativo, em caráter formal e não formal, conforme artigos 1º e 2º da referida lei. (BRASIL, 1999, citado por MENEZES; SANTOS, 2002).

Em Tessaloniki, no ano de 1997, durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, os temas colocados na Rio 92 são reforçados. Chama-se a atenção para a necessidade de se articularem ações de EA baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares.

Foi reconhecido que, passados cinco anos da Rio 92, o desenvolvimento da EA foi insuficiente. Como consequência, configura-se a necessidade de uma mudança de currículo, de forma a contemplar as premissas básicas que norteiam uma educação “em prol da sustentabilidade”, motivação ética, ênfase em ações cooperativas e novas concepções de enfoques diversificados. Ainda no âmbito internacional, a iniciativa das Nações Unidas de implementar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), cuja instituição representa uma conquista para a Educação Ambiental, ganha sinais de reconhecimento de seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a sustentabilidade a partir da Educação.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras.

Com a intenção de se criar instâncias de referência para a construção dos programas estaduais de Educação Ambiental, a extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e, posteriormente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) fomentaram a formação das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental. O auxílio à elaboração dos programas dos estados foi, mais tarde, prestado pelo MMA.

Em dezembro de 1994, em função da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos durante o evento Rio 92, foi criado, pela Presidência da República, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), compartilhado pelo então MMA, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/IBAMA, responsáveis pelas ações voltadas respectivamente ao sistema de ensino e à gestão ambiental, embora também tenha envolvido em sua execução outras entidades públicas e privadas do país. No ano de 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Os princípios orientadores para o trabalho dessa Câmara eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade.

Em 1996, foi criado, no âmbito do MMA, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, sendo firmado um protocolo de intenções com o MEC, visando à cooperação técnica e institucional em EA, configurando-se num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas. Após dois anos de debates, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade. Em 2000, a Educação Ambiental integra, pela segunda vez, o Plano Plurianual (2000-2003), agora na dimensão de um Programa, identificado como 0052 – Educação Ambiental, e institucionalmente vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. E em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio

Ambiente (projeto que será relatado neste documento). É importante ressaltar o PRONEA que, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país.

No ano de 2004, a mudança ministerial, a conseqüente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SEC) e a transferência da CGEA para esta secretaria, permitiu um maior enraizamento da EA no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada a áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental e destacando sua vocação de transversalidade.

A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de EA.

A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2004, tem início um novo Plano Plurianual, o PPA 2004-2007. Em função das novas diretrizes e sintonizado com o PRONEA, o Programa 0052 é reformulado e passa a ser intitulado Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

O Brasil, juntamente com outros países da América Latina e do Caribe, assumiu compromissos internacionais com a implementação do Programa Latino-Americano e Caribenho de Educação Ambiental (Placea10) e do Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Panacea), que incluem os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação dos países. Enfim, em 2012, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou Rio+20, foi realizada no Rio de Janeiro, Brasil, de 4 a 6 de junho de 2012, para marcar o 20.º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de 1992, também realizada no Rio de Janeiro, e o 10.º aniversário do Encontro Mundial de 2002 sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), em Joanesburgo, África do Sul. Esta conferência representou uma grande expectativa da população e da comunidade científica para um consenso

na construção de um futuro sustentável. Entretanto, o documento final da Conferência, intitulado “O Futuro que queremos”, tem 53 páginas, 283 tópicos, e pouco se menciona sobre a questão a importância da Educação Ambiental nas instituições.

2.2.2 A Educação Ambiental na Escola

Na escola, a Educação Ambiental é entendida como um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino/aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e busca de soluções, sendo preparado como agente transformador. E o educando através da aprendizagem e dos conceitos sobre o meio ambiente desenvolve habilidades, atitudes e mudanças de hábitos, condizentes ao exercício da cidadania e buscando medidas que melhoram a qualidade de vida. Enfim, manter a idéia central e a necessidade de tornar efetivo o lema "pensar globalmente e agir localmente". A Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta, auxiliando o aluno a analisar criticamente o princípio antropocêntrico, que tem levado à destruição inseqüente dos recursos naturais e de várias espécies. (SMITH, *apud* SATO, 2002).

A escola é o lugar ou espaço social onde o aluno dará continuidade ao seu processo de socialização e cidadania. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos e praticados em casa, no cotidiano da vida escolar e no contexto social contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis. A escola deve favorecer um ambiente apropriado para refletir e discutir sobre a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo. Segundo Costa (2002, p.35), “se devemos mudar pela educação, a primeira coisa que precisamos fazer é capacitar o professor que é o principal agente dessa mudança”. A falta de uma formação adequada gera, inclusive, projetos equivocados de educação ambiental.

É necessário propor uma Educação Ambiental que aponte para as transformações da sociedade em direção a novos modelos de justiça social e qualidade ambiental, e não uma abordagem conservadora que, mesmo não

aparente e diretamente comprometida com esse modelo, é, pelo menos, pouco questionadora dele. (GUIMARÃES, 2000).

Portanto, é importante que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente mais justa e digna em um ambiente saudável. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática, continuada e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

De acordo com Gadotti (2002, p.12) é necessária “uma pedagogia apropriada a esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade e da paz”. Ainda segundo o autor, é preciso saber pensar a realidade; saber aprender; educar os sentimentos; compreender que somos interdependentes; educar na direção de novos valores como a simplicidade, a solidariedade, a ética, a paz e o ativismo político. Assim, ao abordar o tema educação ambiental no contexto escolar, impõe-se abrir espaço para se falar, principalmente, na importância da educação como um todo, na formação do cidadão.

Desde 2004, o MEC realiza pesquisas e levantamentos a fim de compreender melhor a presença da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental e nas instituições de ensino superior.

No Brasil, existem dispositivos legais que, seguindo uma tendência mundial, dão importância para a educação ambiental. Uma das primeiras leis que cita a educação ambiental é a Lei Federal Nº 6938, de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. A lei aponta a necessidade de que a Educação Ambiental seja oferecida em todos os níveis de ensino.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada no ano de 1988, estabelece, em seu artigo 225, que:

Artigo 225 Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
§ “1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VI- promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (BRASIL, 1988).

Os objetivos da EA segundo Dias (2004) é fomentar a consciência dos cidadãos; dar conhecimento, para que o mesmo possa trabalhar a EA no seu cotidiano; comportamento, estar envolvido em interesses voltados a pratica Ambiental; habilidades, que tenha habilidades em identificar os problemas e causas e a participação, que o cidadão participe ativamente das resoluções, planos e projetos da EA no seu cotidiano social.

A lei 9.795/99 estabelece em seu artigo 4º os princípios básicos da Educação Ambiental, sendo eles:

- I– o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo.
- II– a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade.
- III– o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV– a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V– a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI– a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII– a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII– o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999).

De acordo com a Lei 9.795/99 em seu artigo 5º os objetivos fundamentais da Educação Ambiental são:

- I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II – a garantia de democratização das informações ambientais;
- III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V – o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Nº 9394, de dezembro de 1996, reafirma os princípios definidos na Constituição com relação à Educação Ambiental: A Educação Ambiental será considerada na concepção dos conteúdos curriculares de todos os níveis de ensino, sem constituir disciplina específica, implicando desenvolvimento de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano da vida, da escola e da sociedade. O ensino da Educação Ambiental tem que ser desenvolvido como uma prática para a qual todas as pessoas envolvidas estejam preparadas. Não basta apenas que seja acrescentada como uma disciplina ou realizada como um projeto momentâneo, mas como prática que precisa estar interligadas ao nosso cotidiano.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais: A Principal função do trabalho dentro da escola com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e a atuarem na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é o grande desafio para a educação. Comportamentos ambientalmente corretos serão aprendidos na prática do dia-a-dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes (MEC/PCN, 1999, p.67).

2.3 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE SIMÕES FILHO E DO COLÉGIO

O Colégio Estadual Manoel de Jesus (CEMJ), está localizado na Praça Noêmia Meireles, no Centro do município de Simões Filho na Bahia, oferecendo apenas o curso de Ensino Médio nas modalidades de curso regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na Figura 1, estão apresentadas imagens numa visão panorâmica do centro da cidade do município de Simões, onde está localizada o Colégio Estadual Manoel de Jesus.

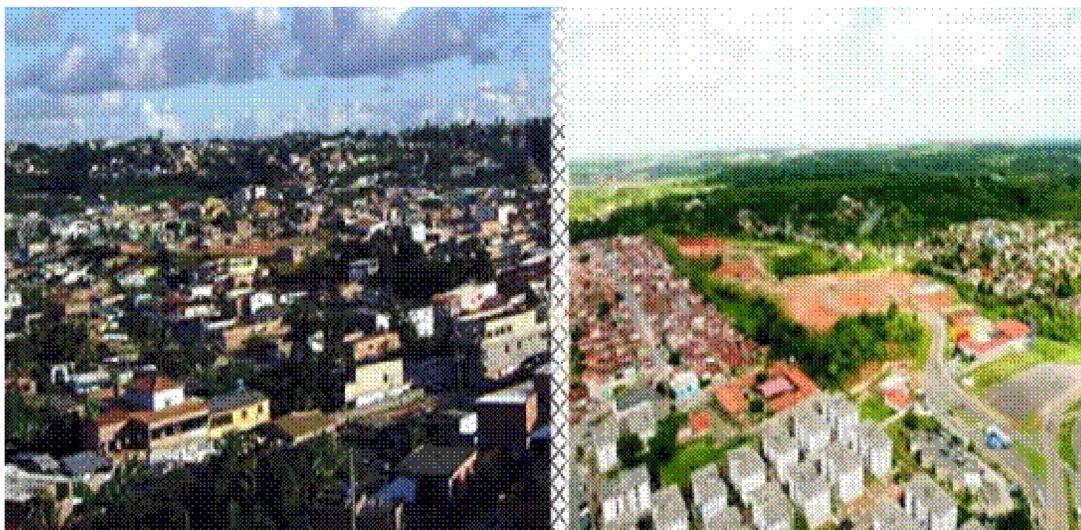


Figura 1: Fotografia da Visão Panorâmica da Cidade de Simões Filho, Ba.
Fonte: Encontrasimoesfilho.com.br/simoes-filho-ba, 2013.

De acordo com registros e documentações internas, o Colégio Estadual Manoel de Jesus foi fundado na gestão do prefeito municipal Edson Almeida, no ano de 2000 e pelo então governador do estado Paulo Ganem Souto do partido democrata. No início de sua fundação possuía apenas quatro salas de aula e funcionava só o Ensino Fundamental II (Aceleração II) e Ensino Médio, só em 2009 com a ampliação de uma área com mais duas salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e cantina, foi autorizado então o funcionamento do Ensino Médio regular e da Educação de Jovens e Adultos em três turnos (matutino, vespertino e noturno).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da prefeitura da cidade, o município de Simões Filho na Bahia foi criado com a emancipação de Salvador do distrito de Água Comprida, com sua denominação atual, em 7 de novembro de 1961, pela lei 1538. Seu nome homenageia o jornalista e político Ernesto Simões Filho, fundador do jornal A Tarde, ainda hoje existente. A emancipação foi fruto de pleito da comunidade, em que teve destaque às atuações dos emancipadores: Walter José Tolentino Álvares, Altamirando Ramos, Noemia Meireles Ramos, Professora Maria Chaves, Padre Luiz Palmeira e Manoel de Jesus.

O município era originalmente parte da área do Recôncavo onde desde o século XVII se instalaram os engenhos produtores da cana-de-açúcar, integrando somente a Região Metropolitana de Salvador em 1973, por lei federal, desde esse período recebeu a instalação de diversas indústrias, sendo registrados mais de mil

empreendimentos. Na Figura 2, visualiza-se o município de Simões Filho no Estado da Bahia.

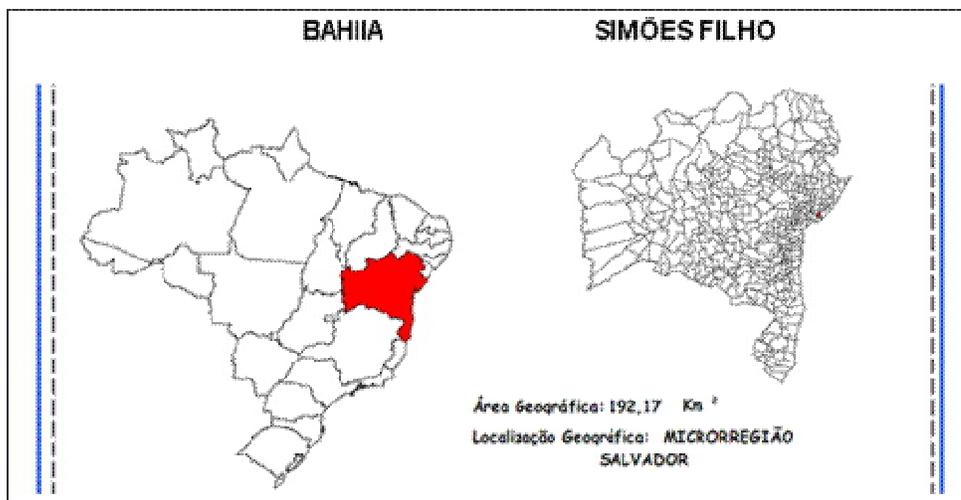


Figura 02: Localização Geográfica do Município de Simões Filho, Ba.
Fonte: Encontrasimoesfilho.com.br/simoes-filho-ba/2013.

O pioneiro do saneamento no município foi Engenheiro Simões, pois em 1929, quando adquiriu a fazenda “Engenho Novo”, providenciou a vinda de uma equipe de serviço de malária para executar os trabalhos de abertura de valas e córregos, a fim de exterminar a febre pelúcida que ceifava vidas, na antiga Água Comprida. Atualmente, a cidade de Simões Filho é um município brasileiro do estado da Bahia e de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sua população estimada em 2012 era de 118.047 mil habitantes, possuindo uma área de 201,223 km² e tem 30 km de distância da capital baiana.

Segundo o site da UOL, o município de Simões Filho, pertencente à região metropolitana de Salvador, aparece com a maior taxa de homicídios do país, o Mapa aponta taxa de homicídios 4 vezes maior do que a média nacional. Considerada como a cidade mais violenta do Brasil, devido ao maior índice de homicídios do país, segundo o estudo Mapa da Violência 2012, o município convive com a incômoda fama de "capital da morte". A população cobra dos governantes mais investimentos para tentar impedir a ação de criminosos e atribuem para esta fama “injusta” dois fatores: primeiro as diversas rotas de fuga, pois o município faz divisa com outras cinco cidades, o que gera vários pontos de entrada e saída, facilitando a vida dos criminosos. E de acordo com estudo, para justificar e questionar a fama de "capital

da morte" a população reconhece que a cidade tem várias áreas desabitadas, isoladas, de matagal, sem nenhuma iluminação.

Entretanto, segundo toda a cúpula de segurança, partes significativas dos assassinatos catalogados não são de moradores da cidade, mas sim, "desovas" de corpos, isto é, corpos de vítimas de homicídio que são despejados na região por criminosos, especialmente de crimes ocorridos na capital. Sobretudo, são apontados como cruciais para o número de desovas: as áreas de matagal e sem iluminação do Centro Industrial de Aratu e os inúmeros acessos do município as cinco cidades com quem tem limite, entre elas Salvador.

Segundo o Mapa da Violência 2012, a cidade registrou, em 2010, índice de 146 assassinatos por 100 mil, quase seis vezes mais que a média nacional (de 26,2 por 100 mil) e mais que o dobro do país mais violento do mundo (El Salvador, que tem índice de 71 mortes para cada 100 mil moradores).

De acordo com entrevista ao site da UOL nas eleições 2012, em matéria intitulada de "Cidade questiona fama de capital da morte, mas tem violência como mote eleitoral", à coordenadora do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública do município Carla Cristina divulgou que várias ações já têm sido realizadas. Como por exemplo, o uso de tecnologias e monitoramento, até mesmo já foi implantado um observatório de segurança pública, onde é feito um georeferenciamento para avaliar as estatísticas de quantos dos corpos encontrados em Simões Filho são de moradores da cidade. O que se sabe pela população local é que muitas das vítimas que são encontradas aqui, não são enterradas na cidade. Ou seja, o crime entra nos dados de homicídio local indevidamente, isto é, sem ser uma morte ocorrida no município. Entretanto, além da polêmica do município ser o mais violento do país, percebe-se que a falta de cuidado com o patrimônio público, principalmente nas escolas públicas tem sido alvo de grande preocupação, pois, há um grande desinteresse por parte das autoridades em investir na área educacional e também existe uma desvalorização em adquirir conhecimento vindo da população. Com isso, as escolas estão sucateadas, sem infraestrutura física e em total abandono, faltam materiais didáticos e pedagógicos, alunos e professores estão insatisfeitos, há problemas de indisciplina que comprometem a qualidade de ensino, aumentando assim o índice de abandono, evasão e rendimento escolar, principalmente ocorrendo o vandalismo e a revolta pelo descaso da situação.

No Colégio Estadual Manoel de Jesus a situação não é muito diferente das demais escolas públicas do município, atualmente é visível a precariedade na infraestrutura, pois de acordo com a atual gestora isso ocorre devido à ausência de recursos que seriam destinados para melhorar a estrutura física da escola.

Segundo o censo escolar 2013 da rede estadual de ensino da Bahia, o CEMJ atende atualmente a um número total de 637 alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, com idades de 14 anos e 55 anos de idade. Cada turma tem um número de alunos que varia de 40 a 45 por sala. Além disso, o CEMJ participa com muita dificuldade de alguns Projetos Educacionais e Programas Estruturantes do Instituto Anísio Teixeira – IAT da Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC.

O CEMJ possui um quadro funcional de 23 professores, 09 agentes de limpeza, 05 merendeiras e 04 guardas de vigilância ao patrimônio escolar, alternados por turno.

A atual equipe responsável pela gestão da instituição é formada pela professora Italva Maria Suzart da Conceição Santana (diretora), Raquel Girardi Carpes (vice-diretora do turno vespertino) e Sumaya Alves Sá (vice-diretora do turno noturno).

É um colégio da rede pública de ensino, mantido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Possui um pequeno espaço físico, com 06 salas de aula, 03 banheiros com subdivisões para meninos, meninas e outro para os funcionários da escola, 01 almoxarifado, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática, 01 sala de professores, 01 diretoria, 01 secretaria, 01 cozinha/cantina e uma área bem arejada com um pátio para atividades extraclasse.

A grande maioria dos alunos da citada instituição é da zona urbana, porém, também há alguns alunos da zona rural e regiões circunvizinhas como os municípios de Candeias, Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Menino Jesus.

Quanto aos conteúdos, são programados no início do ano letivo na então Jornada Pedagógica e na elaboração do Projeto Político Pedagógico, pelos professores juntamente com a direção e colegiado escolar, com o intuito de elaborar um bom planejamento para atrair mais alunos e melhoria da qualidade de ensino.

Existe uma grande força de vontade e interesse por parte dos professores e alunos em participarem de projetos educacionais e atividades extraclasse, mas faltam recursos financeiros e materiais para realização dos mesmos. Somados a

estes, não há reuniões pedagógicas e encontros para discutir e planejar as ações no decorrer do ano letivo.

2.3.1 Histórico do Colégio

Uma grande história começa com uma formação moral e intelectual sólida, muito trabalho, disciplina e perseverança. Foi assim que Manoel de Jesus, homem dedicado ganhou a homenagem em um colégio estadual e fama ao ser um dos articuladores da emancipação do município de Simões Filho. Portanto, o nome do colégio originou-se em homenagem ao Senhor Manoel de Jesus, cidadão que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico da região.

De acordo com os registros fornecidos pela secretaria da escola em estudo, o Colégio Estadual Manoel de Jesus foi inaugurado em 2000, sendo ele uma mostra concreta do espírito empreendedor dos primeiros tempos. Uma escola com um pouco mais de dez anos que se faz perceber na incorporação de práticas pedagógicas muito ousadas em cada período, como também no desenvolvimento e na participação de projetos educacionais.

Na Figura 3 tem-se a imagem da fachada do Colégio Manoel de Jesus em 2008, época em que foi desenvolvido o Projeto Pedagógico do Lixo ao Luxo, percebe-se a fachada decorada com desenhos coloridos de animais aquáticos.



Figura 03 - Fachada do Colégio Estadual Manoel de Jesus em 2008.
Fonte: Foto de Leide Jane Silva – 2008.

Na Figura 4, tem-se a imagem atual da fachada da escola, onde se percebe a ausência dos desenhos e pinturas de animais.



**Figura 04 - Fachada do Colégio Estadual Manoel de Jesus, Atual (2013).
Fonte: Foto de Leide Jane Silva – 2013.**

2.3.2 Concepção de Educação Adotada pela Escola

O Colégio Estadual Manoel de Jesus possui um comprometimento com o processo de ensino-aprendizagem, sendo o mesmo um colégio de gestão democrática e que busca auxiliar, orientar, zelar, e suprir a necessidade do aluno inserido no contexto da comunidade escolar, pois a prática pedagógica da unidade de ensino está relacionada com a bagagem social e cultural de seu corpo discente, inserindo valores para o ingresso na sociedade e exercício da cidadania.

No colégio são desenvolvidos os projetos estruturantes da Secretaria da Educação do Estado da Bahia como os projetos artísticos, culturais e esportivos (FACE, AVE, TAL, EPA e Jerp) que fazem parte do calendário das escolas públicas estaduais e que extrapolam as dimensões da escola envolvendo em parte a comunidade escolar, mas durante o ano letivo não se planeja ou discute com a equipe pedagógica ou colegiado escolar a realização de projetos educacionais elaborados pela própria comunidade escolar.

É importante ressaltar que é notória a ausência dos pais e familiares durante as unidades do ano letivo, pois a participação dos mesmos seria de fundamental importância na diminuição da evasão e rendimento escolar.

Dentre alguns projetos já realizados pela comunidade escolar podemos destacar: Oficinas de leitura, Projetos da Consciência Negra e de Educação ambiental, os campeonatos externos de xadrez e inter-classes de futebol. As apresentações musicais, saraus literários, mostras de artes visuais e exercícios de releitura do patrimônio regional e jogos estudantis fazem parte da rotina dos estudantes do Colégio Estadual Manoel de Jesus, que gostam muito de se expressarem e realizar tais atividades. É importante também evidenciar o orgulho da comunidade escolar com o aluno Gilson Melo, 34 anos, estudante da Educação de Jovens e Adultos ser segundo colocado no Festival Anual de Canção Estudantil (FACE- 2009) com a canção Intercâmbio.

O estudante Gilson Melo também participou de festival do Grupo Afro Olodum em 2009 e conquistou o primeiro lugar na categoria samba com a canção Ritos Dogons, que significa povo das estrelas.

De acordo com o aluno Gilson a premiação no Pelourinho causou-lhe uma emoção que não teve tamanho, pois para ele foi um presente de Deus e o projeto FACE representou o resgate da vida dele como estudante e como artista, o aluno recebeu um troféu e R\$ 8 mil.

No ano de 2008, foi realizado um projeto pedagógico de Educação Ambiental no CEMJ com os alunos do Ensino Médio da escola e os respectivos professores. O Projeto do Lixo ao Luxo tinha como objetivos inteirar os alunos dos problemas ocasionados pelo lixo, conscientizando-os sobre a necessidade de refletir a respeito do assunto; propor possíveis soluções nas formas de coleta e destino final do lixo e identificar ações que podem ser adotadas para diminuir o volume de rejeitos no meio ambiente. O projeto foi realmente enriquecedor, tinha oficinas de reciclagem, palestras educativas, elaboração de painéis sobre a temática do meio ambiente que culminaram com um belíssimo desfile de roupas e acessórios feitos com materiais recicláveis. Entretanto, infelizmente o projeto não foi desenvolvido nos anos seguintes e outros alunos foram chegando, oriundos de outras escolas sem ter o menor conhecimento sobre o projeto e a importância de preservação do meio ambiente.

O Projeto desenvolvido em 2008 foi bastante proveitoso e enriquecedor, mas por ser apenas um "cometa", foi esquecido, totalmente arquivado e engavetado, restando apenas imagens de um acontecimento momentâneo que poderia ter excelentes edições. Além disso, poderia ter alcançado um objetivo maior como a constante sensibilização para mudanças de hábitos e atitudes perante os impactos ambientais, pois para melhorar a qualidade de vida e o meio ambiente, precisamos nos conscientizar das questões relacionadas à preservação ao meio em que vivemos. Educar ambientalmente significa fazer redução dos custos ambientais e efetivar o princípio da prevenção; fixar a ideia de consciência ecológica, que buscará alternativas para poluir menos; utilizar tecnologias limpas; incentivar a realização do princípio da solidariedade e principalmente perceber que devemos preservar o meio ambiente para o bem comum.

2.3.3 Estrutura Física e Organizacional da Escola

De acordo com dados e documentos institucionais, o Colégio Manoel de Jesus na estrutura física conta com uma localização central na cidade, que por sua vez internamente possui uma qualidade regular que reflete em suas salas de aula, mesas, carteiras, quadro branco para piloto, televisores ou monitores pendrives e ventiladores, onde alguns estão danificados ou sem funcionamento.

A equipe gestora da escola é formada pela diretora e vice-diretores, agora no quadro administrativo tem a secretária de escola, auxiliares e assistentes administrativos.

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia, no início do ano letivo fornece à rede de escolas estaduais o fardamento escolar e o material didático para o suporte ao aluno em sala de aula que por sua vez contribui bastante para o trabalho do professor e o desempenho satisfatório do aluno em sala de aula.

Este ano, foram entregues também os livros de Língua Estrangeira (inglês e espanhol) e Sociologia.

A escola não possui quadra esportiva onde deveriam ser realizadas as aulas de Educação Física, sendo feitas as atividades em uma quadra fora da escola que fica aberta à comunidade local, a Unidade de ensino conta também com laboratório

de informática, uma biblioteca com pouco acervo e ausência de organização, sala de professores com o número de cadeiras insuficientes, cozinha sem refeitório para merenda, banheiros precisando urgentemente de reforma e adequação, um pátio amplo mais sem infraestrutura para a realização de eventos, porém é onde acontecem os trabalhos culturais, palestras e peças teatrais da escola.

A merenda escolar é servida raramente, quando ocorre é oferecida no matutino às 10h e no vespertino às 15h30min, na cantina, os alunos não têm local para merendar, pois não há refeitório, nem mesas e cadeiras, normalmente eles comem em pé ou dentro das salas de aula, sendo o cardápio feito sem auxílio de uma nutricionista, ele é elaboradora pela direção e executado pela merendeira.

A merenda mais ofertada aos alunos da manhã e tarde é suco e biscoito, no turno noturno é sopa, uma minoria de alunos do diurno traz dinheiro e compra lanche numa lanchonete próxima a escola, pois o portão é aberto no horário do intervalo.

Na biblioteca da escola, os livros são expostos em estantes ou armários de ferro. Não há muita organização, como por exemplo, a catalogação dos editoriais ou coleções por áreas específicas, existe muito livros didáticos ensacados ou amontoados nos cantos da biblioteca. O acervo não é muito grande, portanto, a quantidade que tem é insuficiente para atender ao público que a escola tem, já que é dividida em três turnos e nem sempre pode fazer empréstimos, somente sob a indicação e responsabilidade do professor. Há uma necessidade de a escola adquirir algumas coleções específicas para algumas áreas, principalmente revistas e livros novos lançados recentemente, com novas visões e metodologias para o ensino dos Temas Transversais da Educação.

As cadeiras e mesas da biblioteca não são suficientes para uma turma inteira, isto sem deixar de mencionar que às vezes os professores utilizam a sala como videoteca e utilização do data show. Os alunos não costumam visitar ou frequentar a biblioteca com assiduidade, sempre quando vão estão acompanhados pelos professores que realizam atividades da própria disciplina, conforme o agendamento feito na secretaria.

Não há bibliotecário atendendo na biblioteca, mas as funcionárias do apoio são responsáveis por abrir e fechar a sala quando solicitada. A sala fica na maioria das vezes fechada e poucos são os alunos que têm interesse para visitá-la e dela usufruírem.

De modo geral, o colégio encontra-se condições irregulares de funcionamento e de organização, precisando urgentemente passar por uma reforma e adequação da sua infraestrutura. A pintura está descascada, algumas paredes com rabiscos e pichações, o telhado com infiltrações, e, há mofo presente nas últimas salas devido às chuvas durante o inverno, não há bebedouro suficiente para atender o alunado, os banheiros estão com as instalações precárias e apresentando vazamentos.

A Unidade de Ensino na qual fora efetuada o estudo atinge um público discente diversificado, sendo, porém os alunos de baixa renda em maior número, os alunos possuem uma bagagem social carente e vulnerável à problemática social que atinge toda realidade mundial: a violência, as drogas e outros vícios que causam dependência, porém o corpo docente e administrativo pedagógico do colégio conta com o apoio de alguns pais de alunos e dos professores que participam frequentemente de cursos de formação continuada e de atualização pedagógica, numa participação mais ativa dentro da escola e é o que tem contribuído muito para a diminuição da violência e o rendimento do aluno em seu contexto escolar e social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA E POPULAÇÃO/AMOSTRA

Realizou-se a pesquisa no Colégio Estadual Manoel de Jesus, localizado na cidade de Simões Filho, BA, como já foi anteriormente caracterizado. Foram inquiridos 90 alunos cursando do primeiro ao terceiro ano do ensino médio.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Em relação aos objetivos esta pesquisa foi descritiva, em relação aos dados coletados foi de caráter quali-quantitativa e de acordo com o método empregado na coleta dos dados classificou-se em pesquisas bibliográfica, registros e documentos institucionais e levantamento (pesquisa de campo) baseados em um questionário de vinte questões, pré-estabelecidos.

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da revisão teórica foram coletados em materiais impressos e *online*, tais como: livros, revistas, artigos e outros. No levantamento (pesquisa de campo) utilizou-se de um questionário (Apêndice A).

Tomando-se uma concepção de meio ambiente como espaço de vida, procurou-se nesta pesquisa identificar qual é a visão dos alunos a respeito do lugar onde vivem como ele se relaciona com o ambiente, o que surge como principal problema e principal aspecto positivo do seu meio local, de acordo com o seu modo de vida. Para tal, foram levantados os seguintes pontos para análise:

- Qual a relação/sentimento com o local em que vive (o quanto gosta do local);
- O que gosta do local onde vive (aspectos positivos)

- O que menos gosta (aspectos negativos/problemas);
- O que gostaria de ter ou o que é mais necessário para melhorar o local e a sua qualidade de vida (prioridades em função de necessidades e satisfação).

A aplicação do questionário sobre a percepção ambiental foi de fundamental importância para que se pudesse realizar uma análise dos dados coletados, a fim de chegar ao objetivo proposto no trabalho. Portanto, foi aplicado um questionário aos estudantes a três turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, regularmente matriculados no turno vespertino do ano letivo vigente, para averiguar a percepção ambiental que os mesmos têm a respeito do meio ambiente e dos problemas ambientais locais. Este questionário aplicado sobre percepção ambiental consta de 20 perguntas, sendo dez com questões objetivas e dez subjetivas de modo a permitir o fornecimento de informações complementares.

Assim, a pesquisa buscou associar dados qualitativos e quantitativos que, neste caso, se complementam na análise da realidade estudada. Esse procedimento metodológico pretende utilizar-se da vivência, da análise do meio escolar e do cotidiano dos discentes do Colégio Estadual Manoel de Jesus para a compreensão de seus saberes e percepções a cerca da Educação Ambiental.

O que se pretende avaliar não é a quantidade de conhecimento sobre o meio ambiente, mas a capacidade destes em acioná-los e buscar novos saberes para realizar na prática atitudes e comportamentos ambientalmente corretos. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puder diagnosticar o uso funcional e contextualizado dos conhecimentos ambientais. Para tanto, o processo metodológico contou a aplicação de questionário e da observação do ambiente escolar.

Foi realizada uma revisão da literatura através de referências bibliográfica em livros, artigos acadêmicos ou científicos publicados em revistas impressas ou revistas online, pesquisando sobre os conceitos de meio ambiente, percepção e educação ambiental. O questionário aplicado sobre a percepção ambiental com os estudantes do ensino médio da escola pública em estudo proporcionou dados e registros sobre o que os estudantes entendem a respeito do meio ambiente e dos problemas ambientais. Através deste pode se verificar a percepção ambiental dos alunos de maneira que foi possível reconhecer os problemas ambientais existentes na comunidade em que vivem identificar as práticas dos alunos em relação à conservação e/ou melhoria do ambiente a que pertencem e promover a

sensibilização, informação e compreensão do meio ambiente. Após aplicação de questionário, foi feita a análise de dados, descrevendo os comentários das informações, analisando os conteúdos, tratando os resultados e os transformando em informação precisas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS ALUNOS

O levantamento de trabalhos de percepção ambiental buscou investigar as pessoas sobre seus sentimentos, pensamentos e conhecimentos de natureza diversa em relação ao problema que está sendo investigado. Portanto, foi aplicado um questionário aos estudantes de três turmas do primeiro ao terceiro ano do ensino médio, regularmente matriculados no turno vespertino do ano letivo vigente.

O questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente na percepção ambiental, pois a maior vantagem do questionário é a sua versatilidade, além disso, assegura maior liberdade para expressar opiniões.

O questionário aplicado sobre percepção ambiental ocorreu no mês de agosto de 2013, em dia letivo e no turno vespertino, foi aplicado sem escolha seletiva, sendo de livre vontade e disponibilidade para não prejudicar a rotina dos estudantes e atividades das aulas.

O Colégio Estadual Manoel de Jesus possui, de acordo com o censo escolar, atualmente um total de 637 alunos, nos turnos matutino, vespertino e noturno, mas apenas 90 alunos, entre 14 a 34 anos de idade do turno vespertino responderam ao questionário, de modo que os dados abaixo descritos dão conta apenas dos discentes que responderam o instrumento de pesquisa.

No Gráfico 1, tem-se o percentual do gênero dos alunos entrevistados.

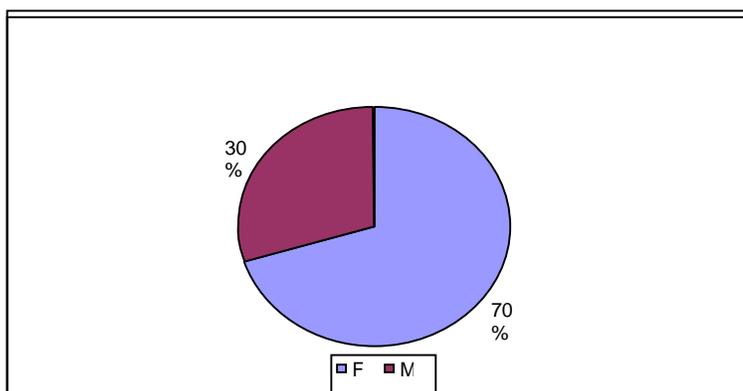


Gráfico 01: Gênero dos Alunos Entrevistados.

Conforme dados apresentados no Gráfico, pode-se perceber do total que responderam ao questionário houve uma grande preponderância do gênero feminino (F) sobre o masculino (M). Observou-se que 70% dos alunos entrevistados são mulheres e apenas 30% são do gênero masculino. É importante ressaltar que de acordo com o censo do IBGE de 2010 e divulgado no Portal ODM - Relatório Dinâmico de Simões Filho a população de homens de Simões Filho era de 57. 978 habitantes e a população de mulheres eram de 60. 042 habitantes percebem que atualmente ainda há um número maior de habitantes do sexo feminino, além disso dados do Ministério da Educação/INEP a razão entre meninas e meninos no ensino fundamental, em 2006, indicava que, para cada 100 meninas, havia 111 meninos. No ensino médio, esta razão passa a 113 para cada 100 meninos. A razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos era de 101,8% em 2010. Sempre que o percentual deste indicador for superior a 100%, significa que existe maior número de mulheres para cada 100 homens.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS de 2011 com relação à inserção no mercado de trabalho havia menor representação das mulheres. A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 29,2% em 2011. O percentual do rendimento feminino em relação ao masculino era de 77,5% em 2011, independentemente da escolaridade. Entre os de nível superior o percentual passa para 53,1%. Ainda de acordo com o censo do IBGE os dados socioeconômicos mostraram que, de um modo geral as mulheres do município iniciam no trabalho muito cedo, quer seja no mercado informal, ou como diaristas, marisqueiras, cuidadoras de crianças, entre outros. Enfim, as relações de trabalho são precarizadas, na maioria das vezes elas são discriminadas, porém são mulheres guerreiras, com muito entusiasmo em vencer e alcançar suas metas.

No que concerne à variável faixa etária, a demonstra que a maior parte dos alunos se enquadra na faixa entre 14 a 18 anos, sendo que dois alunos possuem idade superior aos 20 anos e somente uma apresenta idade próxima a 30 anos.

A maior parte dos alunos reside no município de Simões Filho, sendo que a minoria está sendo distribuída em regiões circunvizinhas como Salvador, Camaçari e outras localidades mais próximas ou distritos, no Gráfico 2 são apresentados o levantamento do local onde os alunos residem.

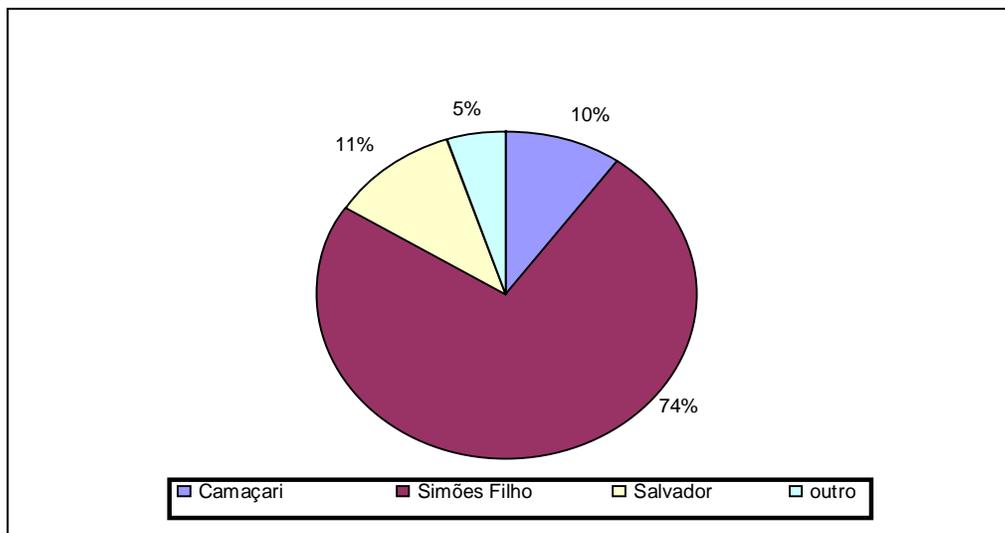


Gráfico 02: Locais Onde Residem os Alunos.

Dos noventa alunos que responderam ao questionário, 74% residem no município onde a escola está localizada e mais de 10% moram na Capital, constatou-se também que apenas 5% dos alunos residem em localidades vizinhas como Menino Jesus, Palmares, Passagem dos Teixeiras e outros.

A Prefeitura Municipal da cidade de Simões Filho disponibiliza o transporte escolar para todos os municípios vizinhos, com exceção neste ano para o povoado de Passagem dos Teixeiras, município de Candeias (Bahia), pois de acordo com informações da diretora Italva do CEMJ, a prefeitura de Passagem dos Teixeiras não tem convênio/parceria com a prefeitura de Simões Filho. Portanto, os alunos residentes no município de Passagem dos Teixeiras vem e voltam da escola com recursos próprios, pagando a passagem diária em microônibus para terem acesso ao ensino.

Com relação à definição de meio ambiente, a metade dos alunos, ou seja, 50% deles não conseguiram conceituar o termo, apenas citaram exemplos mostrando a importância do ambiente. No entanto, 40% das respostas apresentaram uma definição para o meio ambiente. Somente 10% não souberam responder a questão. Conforme podemos analisar os dados obtidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Concepções do Termo Meio Ambiente pelos Alunos do CEMJ.

Questão	Respostas	Alunos (Quantidade)	Alunos (%)
O que é meio ambiente?	<p>“é onde a gente mora”.</p> <p>“o meio onde os seres humanos vivem”.</p> <p>“onde a gente vive, seja na floresta ou na cidade”.</p> <p>“o lugar onde vivemos e tudo que nos envolve”.</p> <p>“ele é tudo para gente, porque sem ele agente não vive”.</p> <p>“É tudo aquilo que nos prejudica”.</p>	45	50%
O meio ambiente pode ter diversos conceitos, que são identificados por seus componentes. (Conceito de meio ambiente)	<p>“Meio ambiente envolve todas as coisas vivas e não vivas que ocorrem na Terra, ou em alguma região dela, que afetam os ecossistemas e a vida dos humanos”.</p>	36	40%
Não respondeu		9	10%
Total		90	100%

Quando questionados sobre os problemas ambientais, apenas 12% dos alunos conseguiram definir o que são estes problemas e conseguiram citar exemplos, e 12% não responderam. No entanto, 76% dos alunos exemplificaram os problemas causados ao meio ambiente, sem apresentar definição. Na Tabela 2 são apresentadas as respostas dos alunos sobre a concepção em relação aos problemas ambientais.

Tabela 2 – Concepção dos Problemas Ambientais por Alunos do CEMJ.

Categoria	Respostas	Alunos (Quantidade)	Alunos (%)
Definição + Exemplos de problemas ambientais	<p>“são os problemas ao meio ambiente, como aquecimento global.”</p> <p>“são desastres que acontecem no meio ambiente, como enchentes e queimadas”.</p> <p>“Não cuidar do meio ambiente, como jogar lixo na rua.”</p> <p>“é a destruição do meio ambiente, como poluição, queimadas e desmatamentos”.</p>	11	12%
Apenas Exemplos de problemas ambientais	<p>“poluição, desmatamento, fumaça”.</p> <p>“problemas com esgoto, contaminação”.</p> <p>“lixo, poluição do ar, queimadas”.</p> <p>“jogar lixo no rio, extinção de animais”.</p> <p>“aquecimento global, não gastar água”.</p> <p>“construção em morros, dengue”.</p> <p>“poluir as praias e rios, carros, descaso”.</p>	68	76%
Não respondeu		11	12%
Total		90	100%

Quando indagados sobre os problemas ambientais existentes no município as respostas mais comuns foram o desmatamento, a poluição, as queimadas, o lixo acumulado e o desperdício de água. A maioria não se preocupa com os problemas ambientais existentes, porque acreditam que somente o governo é responsável pelo surgimento e pela solução dos problemas ambientais.

Constatou-se pelas respostas dos alunos que a abordagem do tema meio ambiente e problemas ambientais se dão predominantemente através da televisão, seguido de internet, poucos admitem que esses assuntos sejam discutidos ou abordados em sala de aula, exceto nas aulas de Biologia, Português, Artes e Educação Física, principalmente de forma isoladas. Entretanto, nos PCNs são apresentadas diversas propostas direcionadas à orientação das políticas curriculares nacionais seja na elaboração de projetos educativos, no planejamento didático, no material didático utilizado e/ou nas reflexões sobre a prática pedagógica (VIEL, 2008). Desta forma, a escola tem como dever procurar instrumentos e ferramentas mais estimulantes ao aprendizado do aluno no âmbito escolar.

A maioria dos alunos não soube responder quando foram questionados sobre a relação existente entre a pobreza ou a riqueza e os problemas ambientais, não compreenderam a questão e não respondeu, a minoria respondeu que existe apenas a relação entre pobreza e problemas ambientais, pois consideraram que por a pessoa ser pobre, sem condições e recursos que o governo não faz nada.

Quando questionados sobre como as pessoas devem colaborar para melhorar e conservar o ambiente em que vivem, a maioria dos alunos, ou seja, 74% mencionaram ações como não jogar lixo nas ruas, não poluir, não usar plásticos e não derrubar árvores, eles fizeram referência à ação individual, sugerindo que cada um fizesse sua parte, 11% ressaltaram o papel dos políticos, 5% disseram não sei e 10% não responderam.

O Gráfico 3 ilustra como as pessoas devem colaborar para melhorar e conservar o ambiente em que vivem na ótica dos alunos.

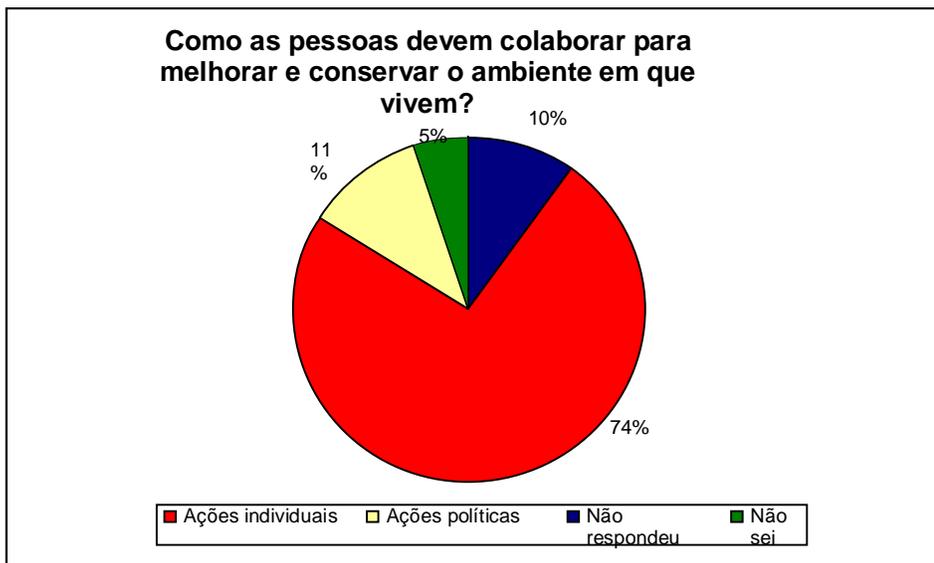


Gráfico 03: Colaboração para Melhorar e Conservar o Ambiente.

Foram expostas aos alunos alternativas de quem deveria ajudar a resolver os problemas ambientais, 83% dos alunos afirmaram que cada pessoa deve fazer a sua parte. Em seguida vieram às opções do governo e dos políticos (os vereadores, os deputados, os senadores) com 34% das respostas. Somente 22% dos alunos entrevistados responderam que todos é quem deveria ajudar a resolver os problemas ambientais, marcando todas as opções. Estes resultados mostram que já existe uma conscientização dos alunos a respeito de ações individuais e coletivas a fim de atingir um resultado mais amplo.

Indagados a respeito se já participaram de alguma atividade de Educação Ambiental, percebe-se no Gráfico 4 que apenas 30% dos alunos do Colégio Estadual Manoel de Jesus já participaram de alguma atividade de EA.

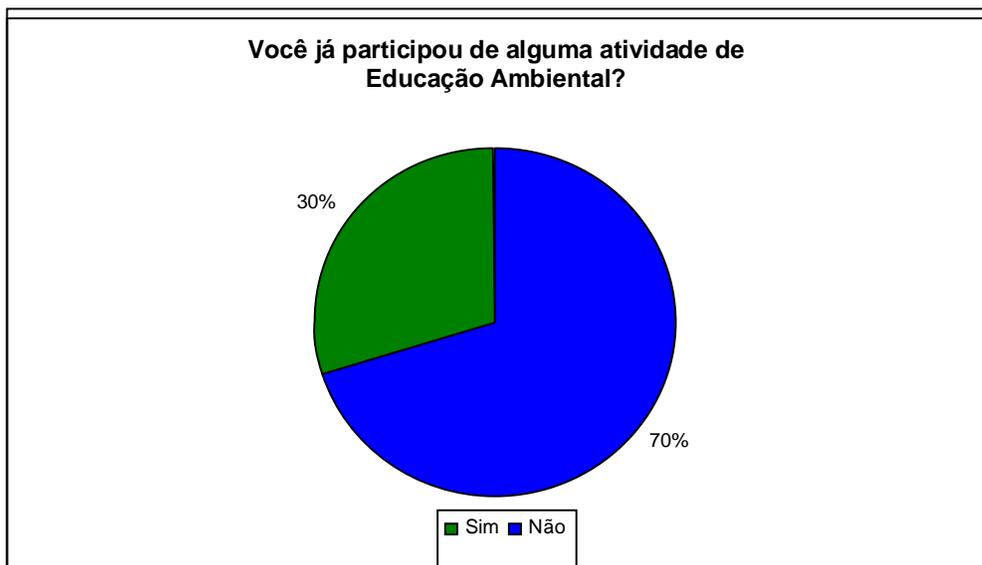


Gráfico 04: Participação em Atividade de Educação Ambiental.

Observou-se que 70% dos alunos entrevistados não participaram de nenhuma atividade de Educação Ambiental e apenas 30% participaram de projetos escolares, palestras, oficinas, realização de Trabalho de campo, visitas técnicas etc. A EA na escola é de suma importância na resolução dos problemas, pois incentiva os alunos a conhecerem e fazerem sua parte, entre elas: evitar desperdício de água, luz e consumos desnecessários, fazer coleta seletiva, adquirir produtos de empresas preocupadas com o meio ambiente, cobrar das autoridades competentes para que apliquem a lei, tratem o lixo e o esgoto de forma correta, protejam áreas naturais, façam um planejamento da utilização do solo, incentivem a reciclagem entre outros. Enfim, a preservação e a conservação do meio ambiente dependem de todos: governo, educadores, empresas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), meios de comunicação e de cada cidadão. Sobretudo, o estudo de Educação Ambiental, vai além do conhecimento vivenciado pelos alunos nas séries iniciais. Os alunos do ensino médio possuem condições cognitivas para refletirem um pouco mais sobre as ações do homem e seu meio e as formas de melhor conviver com este meio. Além disso, é fundamental a participação dos alunos do ensino médio em atividades ambientais, por esta ser a fase escolar que menos apresenta atividades práticas, idade escolar na qual possui muitos conflitos

intelectuais e, portanto, a qual mais necessita de uma metodologia que comprove suas suposições, dúvidas teóricas.

Pode ser observado no Gráfico 05 que apesar de mencionarem que cada pessoa deve fazer a sua parte para resolução dos problemas ambientais existentes, e, considerarem também responsáveis pela qualidade ambiental do local onde vivem 45% dos alunos disse estarem insatisfeitos com a qualidade ambiental local, pois 25% consideraram pouco satisfeitos, 18% dos alunos estão satisfeitos e apenas 12% responderam estarem muito satisfeito.

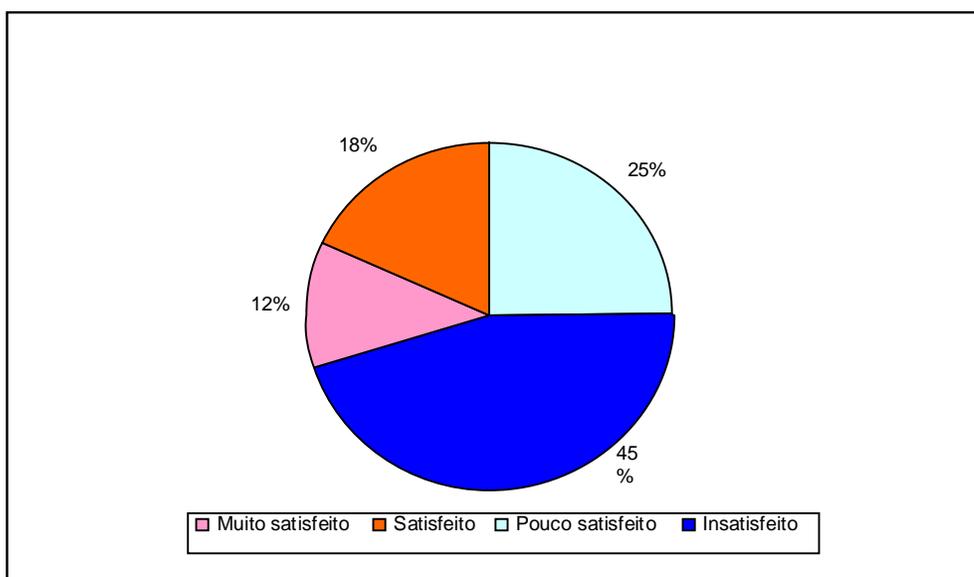


Gráfico 05: Grau de Satisfação dos Alunos do Local Onde Vivem.

Todos os estudiosos da percepção ambiental concordam que o espaço geográfico implica diretamente no olhar acerca do ambiente. Segundo Tuan (1983), existe uma estreita relação entre vivência e tempo. Para ele, não é possível adquirir senso de lugar pelo simples ato de cruzar por ele. Assim, particularidades como o tempo e a localização da área onde se reside influem na interpretação e na valoração que damos aos mais variados ambientes.

Relata Ferrans e Power (1992, *apud* JÓIA; RUIZ; DONALISIO, 2007, p.132), que um dos parâmetros importantes para avaliação da qualidade de vida seria a satisfação, salientando ainda, que a satisfação com a vida incluiria aspectos de interação família e social, desempenho físico e exercício profissional.

Para Jóia, Ruiz e Donalisio (2007, p.132), a satisfação é um fenômeno complexo e muito difícil de mensurar por se tratar de um estado subjetivo, mas o grau de satisfação reflete, em parte, o bem-estar subjetivo individual, ou seja, o modo e os motivos que levam as pessoas a viverem de vida de maneira positiva.

Compreende-se que através do estudo da percepção ambiental pode-se verificar o nível de satisfação dos educandos com o escopo de identificar os aspectos que fragilizam e potencializam o nível de satisfação. E, deste modo, sugerir ações que alavanquem satisfação, motivação para o aprendizado e promoção da qualidade ambiental. A pesquisa, portanto, possibilita um maior nível de liberdade na abordagem dos fatores que estariam ou não influenciando nas atividades relacionadas pelos mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que são inúmeras as possibilidades de desenvolver um trabalho de Educação Ambiental integrado e coerente com o meio no contexto escolar, mas esse processo deve ser solidamente articulado com a proposta pedagógica da escola e a um trabalho de formação continuada dos educadores, de forma participativa e integrada.

O trabalho desenvolvido na unidade escolar deve contemplar a Educação Ambiental como forma de conscientização e de preparo dos alunos para interferir no seu meio como cidadão atuante e críticos, através de ações que promovam uma vida em um mundo ecologicamente equilibrado e que deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser construindo de forma participativa, tendo em vista a realidade em que a escola está inserida, levando em consideração suas necessidades e traçando metas e estratégias para alcançar seus objetivos, a Educação Ambiental não pode ser trabalhar de forma descontextualiza.

Nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser preparados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula.

Espera-se que nos próximos anos os governantes e toda a sociedade civil tenham um maior comprometimento com as questões ambientais, e com a construção de um desenvolvimento sustentável. Que os políticos brasileiros lutem em defesa da preservação, e que representem os interesses da população, que haja a promoção da Educação Ambiental nas escolas públicas e uma maior sensibilização da comunidade escolar em prol da preservação do meio ambiente. E enfim, possamos dizer que estamos construindo um futuro que queremos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**. Brasília, 3560p.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. 1999. **Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, 1999, 166p.

BRASIL. **Agenda 21**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: Agosto de 2013.

COSTA, P. A. **Fundamental Educação Ambiental**. Senac e Educação Ambiental: *Revista do Senac*. Rio de Janeiro, n.1, p.34-37, jan./ março, 2002.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Percepção Ambiental: a Experiência Brasileira**. 2. ed. São Carlos, SP: Studio Nobel, Editora da UFScar, 1999, 253p.

FAGGIONATO, Sandra. **Percepção ambiental**. Material e Textos (s.d). Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em: 19/04/2013.

FERNANDES, R. S. *et. al.* **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Vitória, 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/Percepção_Ambiental.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2013.

FERREIRA, C. R. T. **Avaliação da degradação urbana através da percepção ambiental: O caso do alto da bacia do limoeiro, Presidente Prudente, SP**. 2001. 102f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=293070>>. Acesso em: out. de 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades - Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=ms>>. Acesso em: nov. 2013.

JOIA, Luciane Cristina; RUIZ, Tania; DONALISIO, Maria Rita. **Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos**. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.41, n.1, pp. 131-138. ISSN 0034-8910. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n1/19.pdf>>. Acesso em: out.de 2013.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **(Re)conhecendo a educação ambiental brasileira (apresentação)**. In: Ministério do Meio Ambiente. *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Edições MMA. 2004.

LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e Conscientização Ambientais**. Lavras: UFLA - Universidade Federal de Lavras/ FAEPE – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, 2000.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012. **Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2012.php>>. Acesso em: out.2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Educação ambiental"** (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=320>>. Acesso em: 06/12/2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Dados estatísticos**: relação anual de informações sociais (RAIS). 2011. Disponível em: <<http://www3.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: out. de 2013.

OLIVEIRA, S.K.S. **Percepção da Educação Ambiental e Meio Ambiente no Ensino Fundamental: Olhares em Porto do Mangue/RN**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UERN. Mossoró-RN. 119p. 2005.

PALMA, I.R. **Análise da Percepção Ambiental como Instrumento ao Planejamento da Educação Ambiental**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais - PPGEM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 67p.

PELICIONI, Andréa Focesi. **Educação ambiental: limites e possibilidades de uma ação transformadora** [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 2002.

PELIZZOLI, Marcelo L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Luciana M. **Sobre a percepção – Contribuições da história para a educação ambiental**, OLAM – *Ciência & Tecnologia*. Rio Claro/SP, Brasil Vol. 4, n.1 Abril/2004.

RODRIGUES, A. B. **Mapeamento Geoambiental como Instrumento de Educação Ambiental e Prevenção de Escorregamentos nas Encostas Favelizadas: um estudo de caso – Projeto Tuiuti sem Riscos**. 1998. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

ROSA, L. G.; SILVA, M. M. P. Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental. In: **Anais**. VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2002; Vitória (ES), Brasil. Vitória, 2002.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo: Ed. Vértice, 1986, 289p.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima. 2002.

SEARA FILHO, G. **Apontamentos de introdução à educação ambiental**. *Revista Ambiental*, a. 1, v. 1, p. 40-44, 1987.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia- Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

UOL - Eleições 2012. **"Cidade questiona fama de capital da morte, mas tem violência como mote eleitoral"**. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2012/uol-pelo-brasil/2012/08/30/lider-em-assassinatos-no-pais-simoes-filho-ba-questiona-fama-de-capital-da-morte-mas-tem-violencia-como-mote-eleitoral.htm>>. Acesso: out. 2013.

VILLAR, Livia Melo *et. al.*. **A percepção ambiental entre os habitantes da região noroeste do estado do Rio de Janeiro**. *Esc. Anna Nery* [online]. 2008, vol.12, n.2, pp. 285-290. ISSN 1414-8145. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n2/v12n2a13.pdf>>. Acesso em: out. de 2013.

VISÃO PANORÂMICA DA CIDADE DE SIMÕES FILHO. Prefeitura Municipal de Simões Filho. Disponível em: <<http://www.simoesfilho.ba.gov.br/>>; <http://www.encontrasimoesfilho.com.br/simoes-filho-ba/>>. Acesso em Maio de 2013.

VIEL, V. R. C. **A educação ambiental no Brasil: o que cabe à escola?** *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande: vol. 21, p. 200-216, 2008. Disponível em:< <http://www.seer.furg.br/remea>>. Acesso em: out. de 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário Para Discentes

Essa pesquisa tem como objetivo caracterizar a percepção ambiental dos alunos mediante ao meio em que vive e dos problemas ambientais existentes, para o aporte de subsídios no desenvolvimento da Educação Ambiental no ensino formal, visando à construção de uma sociedade sustentável. Solicitamos que você responda a todas as questões que serão de grande valia para o estudo.

Nome da Escola: _____

Série: _____. Turma: _____. Turno: _____

Local que reside: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Data de nascimento: ____/____/____

- 1) Para você, o que é meio ambiente?
- 2) No seu entender, o que são problemas ambientais?
- 3) De 5 (cinco) exemplos de problemas ambientais?
- 4) No seu entender, existem problemas ambientais no Município de Simões Filho?
 - () Não existem
 - () Não sei
 - () Sim, existem. Quais? _____

Se você respondeu “não existem” ou “não sei” passe direto para questão 8. Se você respondeu “sim, existem” passe para a questão 7.

- 5) Você se incomoda com esses problemas?
 - () Sim. Por quê? _____
 - () Não. Por quê? _____
- 6) Quem são os responsáveis pelo surgimento de problemas ambientais?
- 7) Quem são os responsáveis pela solução desses problemas?
- 8) No seu entender, qual a relação existente entre pobreza e problemas ambientais?
- 9) No seu entender, qual a relação existente entre riqueza e problemas ambientais?
- 10) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

11) O que você tem feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vive?

12) O que você considera como problema ambiental?

- Falta de água
- Aumento de ratos, baratas
- Poluição das águas
- Poeira
- Esgoto a céu aberto
- Fumaça de cigarros
- Buzina
- Lixo a céu aberto
- Fumaça de chaminés de indústrias
- Enchentes
- Faixas e cartazes nas ruas
- Fumaça de carro, ônibus e caminhão
- Falta de áreas verdes (como parques e parcas)
- Contaminação do solo (por agrotóxicos, por fezes)
- Trânsito
- Corte de arvores, queimadas
- Terremotos, furacões
- Extinção de espécies animais e vegetais
- Outros

13) Você costuma ter informações a respeito de meio ambiente por meio de:

() Livros

() Revistas

() Televisão

() Jornais

() Radio

() Professor

() Outras Fontes. Quais _____

14) O que faz parte do meio ambiente?

() Rios lagos, mares

() O ser humano

() Praças, parques

() Ruas, calcadas, estradas

() Ar, céu

() Os animais

() Construções, casa, prédios fabricas

() Sítios, chácaras, fazendas

() Vegetações, terra, montanhas

() Chuvas, ventos

() Outros. Quais

15) No seu entender, quem deveria ajudar a resolver os problemas ambientais?

() Os cientistas

() Os partidos políticos

- () Você individualmente
- () As pessoas que se sentirem prejudicadas
- () Os políticos (os vereadores, os deputados, os senadores)
- () As igrejas
- () A comunidade unida
- () O povo
- () As Associações de Bairros
- () As escolas
- () Os empresários, os industriais
- () Os jornalistas
- () Os artistas
- () O governo
- () As organizações ecológicas
- () Outros. Quais _____

16. Você percebe problemas ambientais na área ou no entorno de onde você mora?

- () sim () não Se sim (quais?):

17. Você já participou de alguma atividade de Educação Ambiental?

- () sim () não () não lembro

18. Como você considera o ambiente do seu bairro?

- () limpo () sujo () bem cuidado () mal cuidado () organizado () desorganizado
 () seguro () inseguro () iluminado () não iluminado

19. Você considera responsável pela qualidade ambiental do seu bairro?

- () sim () não () não sei

20. Qual o grau de satisfação com o local em que você mora?

- () muito satisfeito () satisfeito () pouco satisfeito () insatisfeito

Apêndice B - Instrumento de pesquisa (questionário) sobre a Percepção Ambiental

Prezado (a) Senhor (a)

Por meio desta, apresentamos o (a) estudante do Curso de Especialização de Gestão Ambiental em Municípios em Mata de São João, na Bahia (UTFPR) e pesquisador (a) autorizado (a) pela instituição para aplicação do presente questionário com a finalidade de contribuir para o avanço das reflexões acerca dos problemas ambientais urbanos mais urgentes do município de Simões Filho, na Bahia e investigar a percepção ambiental dos estudantes do Colégio Estadual Manoel de Jesus. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo geral avaliar a percepção ambiental como suporte para melhorar a qualidade ambiental a nível local.

Assim, contamos com a sua colaboração no atendimento ao (à) estudante, fornecendo-lhe as informações solicitadas, bem como assinatura aceitando participar dessa pesquisa e concordando com a divulgação dos seus dados, tendo em vista que os resultados desse trabalho reverterão em benefício da sua própria comunidade.

Nesse sentido, antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente,

Pesquisador

Aceito participar desta Pesquisa, bem como concordo com a divulgação dos dados.
Nome do (a) entrevistado (a): _____

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Mata de São João, / / 2013